

Camocim e as políticas públicas para a educação de jovens e adultos

Mônica dos Santos Silvaⁱ 

Instituto Federal do Ceará, Camocim, CE, Brasil

Iziane Silvestre Nobreⁱⁱ 

Instituto Federal do Ceará, Camocim, CE, Brasil

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir a respeito das políticas públicas relativas à educação de jovens e adultos em Camocim. Para tanto, pretende-se contextualizar o conceito de EJA, as políticas educacionais das décadas de 90 aos anos atuais e apresentar de maneira mais aprofundada os desafios que assolam o município, mediante um breve contexto histórico da cidade e das implicações diretas das políticas educacionais, tendo em vista que, no tocante à educação, o município ainda apresenta grandes déficits. Será utilizado como teóricos para embasamento dessa pesquisa (BRANDÃO, 2007), (FREIRE 1989), (HADDAD, 2007). Os estudos realizados visam contribuir para a melhoria educacional e fortalecimento da EJA em Camocim, visto que essa modalidade de ensino é tão importante quanto as demais e merece atenção por parte do público para que os jovens e adultos desfrutem de uma educação de qualidade, direito fundamental assegurado a todos os cidadãos.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação. Desafios. Políticas públicas.

Camocim and public policies for youth and adult education

Abstract

This work aims to reflect on public policies related to youth and adult education in Camocim. Therefore, it is intended to contextualize the concept of EJA, educational policies from the 1990s to the present, and present in greater depth the challenges that plague the city, through a brief historical context of the city and the direct implications of educational policies, considering that, with regard to education, the municipality still has large deficits. It will be used as theorists to support this research (BRANDÃO, 2007), (FREIRE 1989), (HADDAD, 2007). The studies carried out aim to contribute to the educational improvement and strengthening of EJA in Camocim, since this type of education is as important as the others and deserves attention from the public so that young people and adults can enjoy quality education, a fundamental right guaranteed to all citizens.

Keywords: Literacy. Education. Challenges. Public policies.

1 Introdução

Este artigo é parte dos estudos de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada “O ensino da literatura e a educação de jovens e adultos:

formação da prática leitora de sujeitos críticos e reflexivos”. Na ocasião, estamos refletindo sobre as políticas públicas para a educação de jovens e adultos, contextualizando a cidade de Camocim no seio de todas essas políticas. Nesse sentido, como desdobramento dessa pesquisa em andamento, cabe analisarmos as políticas públicas para a educação de jovens e adultos na cidade de Camocim, dialogando diretamente com as contradições desse município localizado no Estado do Ceará. A fim de apresentarmos seus desafios educacionais, iniciaremos com um breve contexto histórico da cidade e as implicações diretas das políticas educacionais para o município.

À título de informação, cabe salientar que Camocim é uma cidade localizada no extremo-oeste do litoral do Ceará. Apesar de ser uma área com grande potencial turístico, ser organizada visualmente e possuir uma razoável infraestrutura, no entanto, no tocante à educação, apresenta grandes déficits. Para se ter uma ideia da gravidade, de acordo com o último censo demográfico do IBGE realizado no ano de 2010, cerca de 37.150 pessoas de mais de 15 anos são analfabetas, ou seja, mais da metade da população camocinense que, totalizava nesse período, cerca de 60.158 habitantes (BRASIL, 2014).

Não obstante, a taxa de analfabetos está concentrada prioritariamente entre pessoas pretas e pardas, significando a prevalência da desigualdade social e racial da população mais pobre. Destaca-se ainda que, na área rural, também há índices altíssimos de analfabetismo, um dos principais fatores que justificam esse percentual está ligado aos meios de locomoção, já que grande parte das escolas se encontram na zona urbana, além do mais, as condições de vida na zona rural tendem a ser mais difíceis (BRASIL, 2014).

São nesses locais que os jovens estão mais propícios a auxiliarem seus pais nos trabalhos da família, o que toma o tempo que deveria ser destinado aos estudos. Dessa forma, investigar e refletir a respeito das razões que influenciam a ocorrência desses fatos, é indispensável para contribuir na transformação da realidade dos jovens e adultos e exigir ações do poder público para resolver esse problema que permeia na sociedade.

2 Metodologia

O número alarmante de analfabetos em Camocim revela a fragilidade das políticas públicas para a educação de jovens e adultos e nos fazem questionar sobre a eficácia delas e de como o poder público direciona a política educacional do município: Quais os incentivos do poder público para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos? Como se dá a execução dessas políticas na cidade e quais as estratégias realizadas pelo poder público a fim de minimizar esta problemática?

A partir desses questionamentos e da denúncia dessa realidade que atinge diretamente a população mais pobre, alçamos contribuir para a melhoria educacional do município, mediante a utilização de uma pesquisa de campo qualitativa a fim de mensurar as políticas públicas em educação de Camocim, bem como contribuir para o fortalecimento da EJA na cidade. A pesquisa foi realizada em uma escola que oferta a modalidade de ensino de educação de jovens e adultos.

Nesse sentido, a partir do quadro geral apresentado acerca dos desafios educacionais do município, será contextualizado o conceito de educação de jovens e adultos, as políticas educacionais de 1990 aos anos atuais e apresentado de forma mais aprofundada os desafios que assolam a cidade de Camocim.

3 Resultados e Discussões

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender -e- ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007, p. 07).

Brandão (2007), ressalta bem o caráter amplo da educação e de como ela se dilui nos mais diferentes espaços, sejam eles em casa, na rua, na igreja ou na escola. Em cada espaço desses, há toda uma práxis social, cujo princípio educativo imanente dos processos práticos revelam os aspectos ideológicos subjacentes ao fazer educacional, que encontra-se para além dos muros escolares. Em casa, a educação atende a um processo de reprodução social, onde, a depender das

relações estabelecidas entre os sujeitos, podem contribuir para a manutenção do *status quo* ou para a existência de uma práxis social que dialogue com a superação de determinadas opressões sociais.

Na igreja e na escola, segundo a conceituação de Althusser (1980), atuam como aparelhos ideológicos do Estado, agindo como órgãos produtores de um determinado consenso social. Entretanto, se formos para uma perspectiva gramsciana (1982), verificaremos uma tentativa de considerar as possibilidades educativas emancipatórias no interior das contradições sociais do próprio sistema capitalista. Partindo para os relacionamentos comunitários, compreendendo que o acordo era alavancar o processo produtivo e diminuir os índices de analfabetismo por meio de uma política que buscava conceder os conhecimentos mínimos necessários para atuar dentro do mercado de trabalho.

Para compreender melhor sobre o processamento dessa política educacional, será analisado três fases importantes das políticas educacionais na Educação de Jovens e Adultos – EJA: 1) refere-se a década de 30, na qual culmina com o processo de industrialização das grandes cidades; 2) década de 70, conhecida também como a fase desenvolvimentista, cuja educação implantada revela uma educação mais técnico-profissionalizante, culminando na criação do MOBRAL¹ (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e; 3), alude-se ao processo de redemocratização brasileira, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988.

A importância da alfabetização de jovens e adultos nos anos de 1930 se deu, sobretudo, porque naquele período vivenciava-se o processo de industrialização, por isso foram projetadas diretrizes educacionais no país para aperfeiçoar os processos de escrita e leitura a fim de que a população jovem e adulta atuasse no mercado de trabalho e exercesse a cidadania por meio do voto. Por isso, o ensino era pautado em ferramentas de mecanização e não na formação crítica e reflexiva do sujeito.

¹ No MOBRAL “[...] o processo de alfabetização passa a ser o momento em que a preocupação é com o ensinar a palavra, treinar o aluno para ler e escrever a palavra já que traz o significado adequado. A ênfase na decodificação da palavra, na aprendizagem das técnicas de ler e escrever, facilita o desenvolvimento de habilidades que permitem a apreensão de informações que fazem o alfabetizando entrar no grupo de que participam do desenvolvimento” (JANNUZZI, 1987, p. 65).

Essa forma de ensino não foi suficiente para sanar as dificuldades educacionais da população, pelo contrário, o número de analfabetos cresceu, levando o país a vivenciar um momento crítico de sua história.

Por outro lado, a premissa educacional em 1970 estava pautada pelo desenvolvimentismo, refletindo que, no âmbito educacional, a população analfabeta não tinha a menor condição de ingressar no mercado de trabalho, tanto que o conteúdo da educação era apenas decodificador e não o de formar a consciência crítica dos estudantes. Então, quanto mais mão-de-obra fosse formada para atuar no mercado de trabalho, mais era importante ter uma população que soubesse, pelo menos, as operações básicas para atuar nas necessidades do mercado. Logo, o MOBRAL foi criado apenas para suprir uma demanda do processo produtivo, numa perspectiva mecânica, “o investimento com vistas à qualificação de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico do país” (RODRIGUES, 2011, p. 15)

A permanência do Movimento Brasileiro de Alfabetização consistiu em 15 anos, após esse período, com a mudança do sistema político-social brasileiro que entrou em um novo ciclo político, o MOBRAL foi extinto. Esse novo ciclo político se deu dentro das liberdades democráticas, logo, o formato da educação também foi alterado, significando que, não bastava apenas decodificar e sim ter a capacidade para interpretar o que se estava lendo, tendo em vista que a “compreensão do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita (FREIRE 1989, p. 09).

Os anos de 1990 se pautará pelas políticas de Educação para Todos², quando os países, de modo geral, se reúnem na Conferência Mundial de Educação e realizam um pacto de “Todos pela Educação” (SHIROMA, 2000). Nesta conferência, podemos perceber um avanço dentro das políticas públicas educacionais, assim como a criação de um marco regulatório da EJA, incentivando a universalização do ensino, sendo importante pontuar que, a partir da redemocratização da sociedade brasileira, começou a haver um incentivo para que

² O objetivo do pacto de “Todos pela Educação era desenvolver políticas de educação que contemplasse toda a população. Nesta conferência houve um avanço dentro das políticas educacionais, assim como na criação de um marco regulatório da EJA, incentivando a universalização do ensino.

os processos educacionais tivessem acesso ao horizonte de uma educação com conteúdo mais crítico e problematizador.

Não obstante, a constituição Federal de 1988 estabelece que os entes federados têm autonomia para tomar decisões políticas que envolvam à educação escolar, por isso é dever de todos garantir o acesso ao ensino. Portanto, para que sejam desenvolvidas políticas públicas educacionais que possam possibilitar aos jovens e adultos a aquisição de aprendizagens educativas, é primordial a liberação de recursos financeiros que possibilitem custear a execução dessas políticas. Para isso, o governo federal destina verbas aos estados e municípios para o desenvolvimento de projetos que possibilitem a todos a igualdade de acesso ao ensino.

Na educação de jovens e adultos, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o repasse de recursos financeiros para custear os programas educacionais foram realizados mediante a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização de Magistério (FUNDEF), política pública elaborada pelo governo federal em 1998, cujo objetivo era investir recursos públicos na área da educação e diminuir as desigualdades existentes na rede pública de ensino. Entretanto, os recursos destinados aos municípios não foram suficientes para financiar a EJA.

Premidos pelas dificuldades de financiamento produzidas pela implantação do FUNDEF, que deixou de lado a contagem dos alunos matriculados em programas de educação de jovens e adultos, os municípios, obrigados legalmente a ofertarem tal modalidade de ensino, acabam por utilizar diversos meios para financiar a sua implantação. Um deles foi repassar parte dos custos e das responsabilidades para a sociedade civil; outra foi mudar a caracterização da EJA, de forma que considerasse o curso como um programa regular, desconsiderando os limites de idade, e assim poder ser contemplado com a contagem das matrículas para os recursos do FUNDEF (HADDAD, 2007, p. 199).

Ao visualizar esse cenário, percebe-se a ocorrência de um divórcio entre o que consta na lei e o que deveria ser executado na prática, haja vista que o referido fundo de manutenção, criado com a prerrogativa de resolver um dos problemas mais atuantes na sociedade camocinense, possibilitar a oferta de programas que suprisse

as dificuldades educacionais dos jovens e adultos, não cumpriu com a seu objetivo. Isso significa que no âmbito na prática, as políticas públicas nem sempre cumprem com o seu papel principal, por isso, para que o município de Camocim pudesse ofertar o ensino, atendendo as demandas sociais dos jovens e adultos, foi necessário haver uma alteração na nomenclatura da EJA.

7 A sociedade civil também passou a ter uma parcela importante de contribuição no auxílio do exercício das atividades educacionais. Essas organizações se responsabilizaram de atuar juntamente com os municípios para que fosse garantida à população à educação de maneira que os recursos advindos do FUNDEF fossem suficientes a todos, sendo assim, as iniciativas adotadas pelos municípios prezavam pela proporcionalidade, ou seja, o número de alunos matriculados deveria ser equivalente à quantidade de recursos financeiros recebidos (HADDAD, 2007).

Com a insuficiência da demanda de recursos que instigava as dificuldades de manutenção das políticas públicas para custear a educação, o FUNDEF foi substituído em 2006 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB. Este fundo visa dar continuidade as atividades exercidas pelo fundo anterior que é custear os programas educacionais possibilitados a distribuição igualitária de recursos que permitam a concretização desses objetivos. Para acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros ofertados pelo FUNDEB, foi criado em Camocim o Plano Municipal de Educação (PME) para o período 2015-2025 (BRASIL 2015, p. 41).

Camocim dá um grande salto de qualidade educativa ao elaborar, de forma democrática e participativa, o Plano Municipal da Educação - PME, para os próximos dez anos. O PME trata do conjunto da educação, no âmbito Municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino. (BRASIL 2015, p. 08)

Além do mais, é “um Plano de Educação do Município, integrado ao do Plano Estadual de Educação e ao PNE, sim, porém mais integrado, ainda, à realidade, à

vocação e às políticas públicas do Município” (BRASIL, 2015, p. 12). Nesse sentido, os municípios assumem o compromisso e a responsabilidade política de ofertar igualmente o acesso à educação por meio de um regime de colaboração com os entes federais e estaduais, tendo em vista que é mais provável que “uma estratégia isolada para a modalidade tenha menos chance de êxito do que um processo institucional de planejamento sistêmico que articule, nos próximos anos, os planos nacional, estaduais e municipais de Educação” (PIERRO, 2010, p. 946).

Logo, o regime de colaboração possibilita o trabalho em conjunto entre os entes federados em busca da construção de um objetivo comum: instituir políticas públicas educacionais na sociedade. Essas políticas são fundamentais para dar acesso e igualdade de ensino aos jovens e adultos por meio dos programas educacionais. Além do mais, incentivam a permanência dos alunos na escola.

Em Camocim, alguns desses programas educacionais para a permanência dos educandos na instituição de ensino são desenvolvidos no Centro de Educação de Jovens e Adultos, cujo objetivo é auxiliar os alunos nas suas principais dificuldades e diminuir os índices de evasão escolar. Só para se ter ideia, desde a sua criação no ano de 2000, a escola planeja e executa políticas que colaborem na aprendizagem dos estudantes. Um dos projetos desenvolvidos foi “A minha escola é da comunidade” (BRASIL, 2018). Para manutenção deste, a instituição de ensino recebeu verbas governamentais para financiar as ações a serem executadas durante o projeto.

Além deste projeto, na instituição de ensino também eram desenvolvidos voluntariamente, por professores e estudantes de graduação, projetos de leitura, redação e outros relacionados às áreas de matemática, música, artes. Esses profissionais atuam a fim de auxiliar os jovens e adultos nas dificuldades para que haja uma transformação na realidade desses sujeitos. Conforme foi discutido, torna-se imprescindível a implantação e manutenção de propostas educacionais que priorizem o desenvolvimento e aperfeiçoamento educativo dos alunos da EJA, a fim de oferecer a eles um direito que, por muito tempo lhes foi negado, a educação de qualidade.

4 Considerações finais

9

A educação de jovens e adultos, durante muito tempo, esteve sendo amparada por políticas educacionais que visaram promover o ensino, muitas vezes, excluindo parte da sociedade, outras, com a instituição de estratégias mecanizadas que não instruíram o pensar e refletir dos alunos. Somente em 1988 os entes federados passaram a ter obrigação de ofertar educação para todos e a EJA passa a ser reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Mesmo com essas prerrogativas que amparam a educação de jovens e adultos, muitos da comunidade ainda têm dificuldades de acesso ao ensino e às políticas educacionais instituídas, tendo em vista que estas, por sua vez, nem sempre cumprem com seus objetivos propostos. Comparar o que está instituído na lei e sua exequibilidade parece ser uma tarefa difícil, mas é fundamental quando se quer refletir sobre a eficácia ou não das políticas educacionais instituídas para amparar a modalidade de ensino EJA.

As políticas públicas educacionais que consolidem a execução de propostas que induzam a alfabetização e supram as dificuldades dos jovens e adultos é essencial para manter a permanência dos alunos na escola e diminuir os índices de evasão frequentes nesta modalidade de ensino, pois, além desses programas ajudarem na redução dos índices de analfabetismo são essenciais para a manutenção do vínculo necessário entre a comunidade escolar e a sociedade civil organizada.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, **A Minha escola é da comunidade**. Secretária de Educação - SEDUC, 2018. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/a-minha-escola-e-da-comunidade/>
Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. **Mapa de Analfabetismo no Ceará.** Secretária de Educação - SEDUC, 2014, Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/37/2014/07/mapa_do_analfabetismo_cear%C3%A1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020

BRASIL. **Plano Municipal da Educação de Camocim.** Prefeitura Municipal de Camocim. Secretaria Municipal da Educação – Camocim: SME, 2015.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler:** em três artigos que se completam. 22º Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.**, Ago 2007, vol.12, nº.35, p.197-211.

JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico:** Paulo Freire e Mobral. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

RODRIGUES, Natália. **Estado Novo.** 2016. Disponível em: <https://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SHIROMA, E. O. et al. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOARES, Magda. **Letramento na Cibercultura.** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143- 160, dez. 2002.

ⁱ **Mônica dos Santos Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6800-1374>

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará

Graduanda no Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará *campus* Camocim. Estuda a Educação de Jovens e Adultos em Camocim.

Contribuição de autoria: Autora principal do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2055136279976877>

E-mail: monicasantos1997@gmail.com

ⁱⁱ **Iziane Silvestre Nobre**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6791-5032>

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará

Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Mestra em Educação. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará.

Contribuição de autoria: Orientadora do trabalho.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4112233422027177>

E-mail: iziane.silvestre@ifce.edu.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, Mônica dos Santos; NOBRE, Iziane Silvestre. Camocim e as políticas públicas para a educação de jovens e adultos. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-11, 2021.